



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

13. Quadro Resumo do Cumprimento de Limites

RESULTADO FINANCEIRO E FISCAL		
Itens	Valor (em Reais)	Observações
Superávit Financeiro	2.689.075.111,19	
Resultado Primário	(1.094.899.801,73)	Meta prevista na LDO era R\$ 278.574.300,00
Resultado Nominal	(1.917.829.830,74)	Meta prevista na LDO era R\$ (2.694.337.100,00)
Receita Corrente Líquida	17.173.972.712,67	

LIMITES: LRF/RESOLUÇÃO DO SENADO E CONSTITUCIONAIS				
Itens	Valor	% comprometimento	Limites LRF 3º quad/2013	
			Geral	Prudencial
Despesa com Pessoal (DP):	(em Reais)	% DP/RCL	60,00%	57,00%
Despesas com Pessoal Total:	9.195.830.801,61	53,55%		
Poder Legislativo	449.710.586,95	2,62%	3,00%	2,85%
Assembléia Legislativa	218.929.322,12	1,275%	1,44%	1,37%
Tribunal de Contas	230.781.264,83	1,344%	1,56%	1,48%
Tribunal de Justiça	813.286.294,78	4,74%	6,00%	5,70%
Ministério Público	220.952.575,85	1,29%	2,00%	1,90%
Poder Executivo	7.711.881.344,00	44,90%	49,00%	46,55%
Dívida:	(em Reais)	% Dívida/RCL	Limites LRF/Resol. Senado nº 43/2001	
Dívida Consolidada Líquida	9.061.039.164,41	52,76%	200% da RCL	
Operações de Crédito	2.076.216.531,38	12,06%	16 % da RCL	
Garantias	4.811.644,91	0,03%	22% da RCL	
Antecipação de Receita Orçamentária – ARO	Não houve		7% da RCL	
Educação e Saúde: ⁽³⁾	(em Reais) ⁽³⁾	% aplicado ⁽³⁾	Limites Constitucionais	
Educação (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	3.872.843.541,25	26,56%	25%	
FUNDEB	1.818.434.083,28		-	
Remuneração de Magistério ⁽⁴⁾	1.476.219.330,37	79,10%	60%	
Saúde (Ações e Serviços Públicos)	2.179.864.050,87	14,95%	12%	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL						
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL						
Publicação (LRF, artigo 55, § 2º)	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre			
Consolidado (do Estado)	-	-	31/01/14			
Poder Executivo	29/05/13	28/09/13	31/01/14			
Assembléia Legislativa	29/05/13	28/09/13	31/01/14			
Tribunal de Contas	29/05/13	28/09/13	31/01/14			
Tribunal de Justiça	29/05/13	28/09/13	31/01/14			
Ministério Público	29/05/13	28/09/13	31/01/14			
Envio ao SISTN (Lei Estadual 12.600/04, art.39, c/c Res. TC nº 04/2009, artigo 3º) ^(1 e 2)	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre			
Consolidado (do Estado)	-	-	-			
Poder Executivo	29/05/13 ^(*)	01/10/13	25/02/14 ^(*)			
Assembléia Legislativa	31/05/13	01/10/13	18/03/14 ^(*)			
Tribunal de Contas	05/06/13	03/10/13	05/02/14 ^(*)			
Tribunal de Justiça	05/06/13	01/10/13	25/03/14 ^(*)			
Ministério Público	11/06/13	11/10/13	10/03/14 ^(*)			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Publicação (LRF, art 52)	28/03/13	29/05/13	30/07/13	28/09/13	23/11/13	30/01/14
Envio ao SISTN (Res. TC nº 04/2009, artigo 3º) ^(1 e 2)	03/04/13	29/05/13	30/07/13	01/10/13	25/11/13	25/02/14 ^(*)

Notas:

1 - O art. 3º da Resolução TCE/PE 04/2009 substituiu a obrigatoriedade de envio dos RGF e RREO em meio impresso a este Tribunal de Contas pelo envio destes relatórios, em meio magnético, ao SISTN – Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional (operacionalizado pela CEF). Os únicos demonstrativos que estão sendo entregues impressos ao TCE são os referentes ao das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e ao da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde;

2 - (*) A data apresentada como de envio ao TCE é a data da última homologação ocorrida no SISTN;

3 – Os valores e percentuais apresentados nesta tabela são provenientes dos capítulos de saúde e educação. Os percentuais são calculados sobre a receita de impostos e transferências constitucionais do estado. Os valores e percentuais creditados pela equipe de auditoria podem ainda ser modificados quando da emissão do parecer prévio em decorrência das contra razões apresentadas na defesa que venham a ser acatadas por este Tribunal de Contas.

4 – O percentual aí veiculado é o obtido entre o valor contabilizado como “Pessoal e Encargos” sobre os recursos totais disponíveis do FUNDEB